



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
(FACED) FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

Autor(a): Janaina Paola da Silva

Alfabetização e Letramento de alunos surdos: Desafios e Perspectivas no Ensino Remoto e Presencial

Juiz de Fora
2022

Janaina Paola da Silva

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE ALUNOS SURDOS:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ENSINO REMOTO E PRESENCIAL**

Artigo de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para graduação em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Dra. Mylene Cristina Santiago

Juiz de Fora
2022

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo investigar os desafios e perspectivas vivenciadas na alfabetização dos alunos surdos, a partir do ensino presencial e remoto, tal como analisar as questões pertinentes em relação às escolas públicas, vividas por educadores, educandos e família, em tempos pandêmicos e não pandêmicos. Diante da crise sanitária do COVID-19, o ensino remoto foi planejado de forma emergencial em meados de março de 2020 quando foram suspensas as aulas presenciais, a intenção do governo federal foi substituir o ensino presencial pelo ensino remoto e garantir a educação a todos. Portanto, vamos observar através de artigos e lives, quais estratégias usadas pelas escolas, atentando-se, para quais práticas pedagógicas que os educadores empregam de uma forma remota e presencial, quando se refere a educação de crianças surdas na fase de alfabetização. Essa primeira fase é um processo em que o estudante está ingressando em uma nova etapa, conhecendo novos caminhos, entrando efetivamente no mundo da leitura e da escrita. De acordo com Ferreira (1987), a alfabetização não é um processo de percepção e memorização, e para aprender a ler e escrever, o aluno precisa construir conhecimento e compreender o que a leitura e a escrita representam. No entanto, a apropriação da escrita pelos surdos acontece de forma diferente, já que eles possuem impedimento auditivo, o que torna a aprendizagem da escrita mais difícil, mesmo que ambas sejam visuais - Libras e escrita do português - porém com estruturas de construção gramatical diferenciadas. Desse modo vamos analisar os desafios e perspectivas vividas pelos alunos surdos na escolarização durante a alfabetização, no ensino remoto e no ensino presencial.

Palavras-chave: Alfabetização – Letramento – Aluno – Surdo – Ensino Remoto – Desafios – Perspectivas.

1. INTRODUÇÃO

A leitura do livro: Educação para os Surdos no Brasil, de Eliza Márcia e Fabio de Souza (2014) me despertou imensa curiosidade sobre o assunto, o livro traz os desafios e perspectivas que o aluno surdo apresenta durante a escolarização. Com essa leitura ao longo do curso de pedagogia, busquei participar de alguns eventos direcionados à educação de alunos surdos, bem como me matricular em dois cursos de LIBRAS voltado às professoras e professores que trabalham nesta área.

Desse modo compreendi o quão é importante a inclusão das pessoas surdas na comunidade escolar. Uma vez que vivemos em uma sociedade que ainda exclui essas pessoas do “mundo ouvinte”. Mesmo com os grandes avanços da luta pelos seus direitos, conquistados pela comunidade surda.

À vista disso é possível pautar que ao longo dos anos, a legislação brasileira avançou muito, no que tange às pessoas com deficiência auditiva no país. Portanto, as leis que garantem os direitos de acesso dos surdos no espaço escolar, vem sendo contempladas nos documentos legais da educação, tais como: A Constituição Federal de 1988, a LDB (1996), os PCN's, a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005 e diversas outras, que garante um espaço escolar inclusivo e de qualidade. Contudo, percebe-se que na prática, ainda estamos longe de abarcar esses alunos, que seja por falta de capacitação dos profissionais ou seja por falta de estrutura do ambiente escolar, a educação dos alunos surdos ainda sim precisa continuar avançando, já que nem tudo que está garantido na lei, tem sido notado na prática.

O presente estudo é fruto de uma pesquisa bibliográfica que se apropria de artigos científicos, lives da plataforma do YouTube e o livro: Educação para os surdos no Brasil (2014) que abordam a temática, que, por sua vez, puderam servir para realizar indagações sobre o tema.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº9394/96) defende o atendimento educacional especializado para alunos surdos na rede regular de ensino. Posto isso, o aluno surdo tem o direito de ser alfabetizado em LIBRAS, como sua primeira língua e o português como segunda língua, para ter a possibilidade de interagir com os ouvintes e toda a sociedade. De acordo com Alves e Camargo (2014) o processo de inclusão e ensino da Língua Portuguesa como segunda língua, nas escolas públicas, ainda não está totalmente garantido. Muitas escolas não estão adequadas em termos de acessibilidade até o momento, uma vez que, não tem sala

de recursos, instrutores surdos/ouvintes, intérpretes suficientes para atender todas as turmas e ainda os professores não têm curso de formação específica na Língua de Sinais.

Desse modo, a dificuldade começa no processo de alfabetização que, segundo Araújo (2015) consiste, no estabelecimento da relação grafema-fonema, pois, eles não dominam a língua oral naturalmente. Por isso é de extrema importância buscar alternativas para a criança surda para além dessa possibilidade, buscando relacionar a escrita com imagens, objetos, ações, expressões e os sinais.

Para Magda Soares (2005), a alfabetização ocorre por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, ou seja, através de atividades de letramento, e esta, por sua vez, só se realiza, efetivamente, por meio da aprendizagem das relações fonemas/grafema. É importante ressaltar que os professores e os pais são peças fundamentais no processo de alfabetização dos surdos, assim os alunos surdos devem ser estimulados desde pequenos, para que eles possam estar mais preparados e familiarizados com sinais e terão mais facilidade de aprender a Língua Brasileira de Sinais. Por isso, faz-se necessário que o professor regente e o intérprete de libras, tenham conhecimento acerca das singularidades linguísticas e culturais do aluno surdo, criando a possibilidade dele de se apropriar da vida escolar com sucesso. Lacerda (2006), afirma que a inclusão, parte do pressuposto que todos os alunos precisam ter acesso aos conhecimentos de igual modo, sendo ela um processo dinâmico e gradual, que toma diversas formas a partir da necessidade dos alunos.

Contudo, a pandemia do Covid-19 trouxe para toda a sociedade a necessidade do isolamento social, exigindo medidas emergenciais para educação. Garantindo assim o direito à educação a todos, de modo, que não houvesse o cancelamento do ano letivo, a portaria nº 343 de 17 de março de 2020, do Ministério da Educação, dispõe sobre a substituição das aulas presenciais, pelas aulas via sistema remoto no período de pandemia. Dessa forma, o Conselho Nacional de Educação (CNE), para legalizar a ação, em 28 de abril de 2020 lançou um documento favorável à reorganização do calendário escolar, em razão da pandemia do COVID – 19.

O sistema remoto traz consigo a necessidade de melhores condições socioeconômicas dos alunos, uma vez que, utiliza de ferramentas tecnológicas, e habilidades tanto dos alunos quanto da família, e dos profissionais da educação, que diante do atual cenário é imprescindível que acompanhe em conjunto os alunos nesse

novo paradigma educacional. De acordo com Valle e Guedes (2003) existem ainda muitos problemas a serem resolvidos nesse conceito de educação. Os autores citam a falta de materiais inclusivos, falta de recursos, problemas na adaptação do ambiente, falhas na formação acadêmica, problemas na organização e por fim grandes dificuldades na efetivação de políticas públicas educacionais.

Os objetivos deste trabalho consistem em analisar os desafios e perspectivas vivenciados pelos alunos surdos no processo de alfabetização, tanto no ensino remoto como no ensino presencial antes e durante a pandemia do covid-19; e, compreender o processo de alfabetização dos alunos surdos em termos de metodologias pedagógicas utilizadas ao longo dos anos, bem como os avanços dessas metodologias.

2. LUTAS E CONQUISTAS DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

O Decreto Lei nº. 5.626/2005 torna obrigatório o uso da LIBRAS, em todas as unidades escolares e a inclusão desta como disciplina curricular nos cursos de licenciatura de Pedagogia (Educação Especial), Fonoaudiologia e nas demais licenciaturas que envolvam o ensino pedagógico na grade curricular do Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e de qualquer curso superior oferecido por universidades e faculdades que estejam credenciadas ao Ministério da Educação. Com o objetivo de formar os alunos graduandos numa perspectiva mais inclusiva, para que eles possam atuar ou conviver futuramente com sujeitos e saber como trabalhar com estes. (BRASIL, 2005).

Esse decreto é fruto de muitas lutas e avanço da comunidade surda no Brasil, que conseguiu o reconhecimento da LIBRAS como uma língua que é organizada por regras gramaticais com fonemas, morfemas, sintaxe, semântica e pragmática. Assim como nas línguas orais, as línguas de sinais também têm estruturas correspondentes, mas na especificidade visual-motora.

Na história da educação dos surdos, a LIBRAS demorou a conquistar espaço, e durante esse tempo, em que a comunidade tentou se estruturar e lutar pela aceitação de sua língua, a língua portuguesa foi imposta a esses alunos como forma de expressão escrita e falada. A LIBRAS é apontada como a primeira língua do surdo e é considerada um sistema linguístico independente das línguas orais.

Não tendo tendência natural ao aprendizado da língua oral, os surdos foram e

são, muitas vezes, ainda submetidos a um processo de ensino da língua escrita por meio de uma prática estruturada e repetitiva, na qual a língua tem sido apresentada com uma lista de vocábulos que os alunos têm de aprender e posteriormente combinar com outras palavras, obedecendo regras de formação de sílabas, vocábulos e de frases do português. Como resultado de tal prática, os leitores surdos apresentam óbvia restrição de vocabulário, uso de frases estereotipadas, nas quais faltam os elementos de ligação.

O ensino da língua portuguesa para crianças surdas, principalmente em escolas regulares, não têm considerado este fato e as crianças surdas, inseridas em classes de crianças ouvintes recebem o mesmo tipo de atividade como se já tivessem adquirido esta língua naturalmente e tivessem o mesmo desempenho das ouvintes. (FELIPE, 1997, p. 41).

Embora isso aconteça é necessário que os professores e/ou profissionais de educação tenham compreensão do que estão tratando e sobre o que estão falando, para que se tenha uma efetiva inclusão destes alunos surdos em uma turma de ensino regular. Devendo ser levado em conta que as experiências visuais dos alunos surdos não são as mesmas dos ouvintes, uma vez que os alunos surdos privilegiam mais o canal visual e os alunos ouvintes o auditivo. A inclusão e permanência do aluno surdo no sistema educacional deve propiciar igualdade de oportunidades e um ensino de qualidade. Quando se pensa em educação de surdos, surgem vários questionamentos e colocam em dúvida se essa experiência é inclusiva ou se é mais uma vivência que, mascaradamente, associa-se à exclusão (RECHICO e MAROSTEGA, 2002).

Vieira, Moura e Freitas (2014) consideram que é perceptível a fragilidade lingüística em que os alunos surdos se perpassam, gerando assim, inúmeras conseqüências, dentre elas, insegurança na ato da escrita e da leitura e, talvez a mais preocupante de todas, a falta de fluência na língua de sinais, que para elas deve ser ensinada a criança de forma precoce, ou seja, assim que ela já começar a entender o mundo que está inserida.

No entanto, embora possam muitas vezes identificar significados de palavras, não alcança uso efetivo da língua, já que não conseguem, na maioria das vezes, atribuir significado ao que lêem. Para que o letramento aconteça é preciso interação. A criança na escola precisa vivenciar um ambiente lingüístico de significado, com isso, a educação deste sujeito está estreitamente ligada ao seu uso da língua de sinais e, principalmente, ao professor ouvinte, o qual deve, ao menos, estar imerso em uma

comunidade surda para que consiga estar o mais próximo possível do meio cultural e, assim, interagir melhor com os usuários da LIBRAS.

Desta forma, poderá “conduzir” de maneira mais adequada às atividades que envolvem a língua escrita. O aluno surdo fará uso da língua escrita com mais segurança a partir da ampliação de seu conhecimento de mundo. Este conhecimento vai contribuir para sua compreensão, propiciando conteúdo para que ele explore sua capacidade interpretativa e de interação com textos escritos. A construção de sentidos do texto não se dá em meio ao vazio. Os significados envolvem, inclusive, a interação do indivíduo com seu meio social, o que lhe permite reconstruir o texto lido, conforme seu conhecimento de mundo e segundo o vocabulário que ele possui.

Assim, o processo de alfabetização e letramento do aluno surdo varia de acordo com cada necessidade do aluno. Segundo Quadros, (1997, p.143), os surdos têm o direito de serem alfabetizados em LIBRAS, sua primeira língua e o português como segunda língua, para ter a possibilidade de interagir com os ouvintes e toda a sociedade. Ferreiro afirma que, “nenhuma prática pedagógica é neutra. Todas estão apoiadas em certo modo de conceber o processo de aprendizagem e o objeto dessa aprendizagem” (2000, p.31). O professor não pode, então, se tornar um prisioneiro de suas próprias convicções; as de um adulto já alfabetizado. Para ser eficaz, deverá adaptar seu ponto de vista ao da criança. Uma tarefa que não é nada fácil” (FERREIRO, 2000, p.61).

Nesse sentido, o modelo proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9394/1996) estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados que possam atuar com qualquer pessoa com deficiência na sala de aula, compreendendo assim, que todo aluno surdo tem o direito de frequentar uma sala de aula da rede regular de ensino e de ser assistido pedagogicamente em todas as suas necessidades. Apesar da teoria e a prática não acontecer devidamente conjuntas, como aponta a maioria dos artigos. A proposta de inclusão dos alunos surdos descrita nos documentos precisa sair do papel o Governo, por meio do MEC, deve promover condições que favoreçam o processo de inclusão. Nesta perspectiva, as escolas necessitam de reorganização pedagógica para que os professores estejam capacitados e preparados para atender os alunos de forma igualitária.

3. DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS DURANTE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

A fase da alfabetização necessita de um olhar sensibilizador, Vigotysk, (2007) ressalta que a escrita tem distorcido sua função na prática escolar, ela tem se tornando um ato mecânico de reproduções, ao invés de proporcionar às crianças o desenvolvimento sócio cultural pleno, para que as mesmas se sintam pertencentes do mundo em que vivem. Por isso enfatizamos que a fase da alfabetização garante ao aluno o desenvolvimento da habilidade de ler e escrever, entendendo a relação entre o que se fala, e o que se escreve. Já no processo de letramento o aluno desenvolve o uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais como afirma Soares (2002). Desse modo, Tfouni (2002) ressalta que o letramento vai além da alfabetização, mas ambos estão em paralelo, pois são processos que devem caminhar juntos.

Partindo desse pressuposto vamos pautar as concepções relacionadas aos conceitos de Alfabetização e Letramento de alunos surdos e suas consequências na prática pedagógica. Quando pesquisamos sobre letramento, encontramos diferentes definições sobre o olhar de vários teóricos, mas para Kleiman (1995), o letramento vai além do ambiente escolar, levando em consideração os impactos sociais da escrita. Ela estabelece que existe um nível mais complexo de letramento, este nível abrange diferentes esferas, em um grande conjunto da cultura escrita. Desse modo a autora reforça que esse escopo teórico foi criado para identificar as múltiplas práticas de letramento e a prática de alfabetização, práticas que para autora foram surgindo histórico culturalmente e adentrou no ambiente escolar, mas está em todos os ambientes, já que usamos para nos conectar no mundo em que estamos inseridos.

Nesse sentido, vamos falar de dois tipos de letramento, trazidos pelo Street (2003) para ele temos o letramento autônomo, ou seja, uma visão tradicional de letramento, que está vinculado ao ambiente escolar, esse letramento seria utilizado apenas nesse ambiente dando ao aluno habilidades técnicas de resolver apenas veículos que circulam dentro da escola. Temos também o letramento ideológico que segundo o autor contempla as diferentes práticas de letramento, sendo este utilizado dentro e fora da escola, o aluno desenvolve habilidades que podem ser reiteradas como uma prática socialmente construída. Sendo assim, vamos dissociar esses dois processos, como já falamos aqui, o letramento não é um complemento da

alfabetização, por isso tomamos como premissa que o processo de alfabetização é um tipo de letramento, sendo reconhecido como uma prática inscrita que está vinculada nas instituições escolares, mas levando em conta que não se encontra apenas nesses ambientes, inclusive ele ressalta que o ambiente escolar não deve ser visto como cenário principal, para desenvolver essa prática. Portanto, Street (2003) demonstra a importância do pluralismo cultural de diferentes culturas, de diferentes línguas, de diferentes comunidades, pondo em vista, que esse processo não tem neutralidade, e sim, é um processo socialmente construído.

Dessa forma, vamos levar em consideração o modelo de Street (2003, o letramento ideológico para que possamos então, pensar na alfabetização do surdo, no qual esse processo de aprendizagem deve obedecer a Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394, de 1996) que foi modificada e aprovada recentemente pelo atual presidente do Brasil, a (Lei 14.191, de 2021) garante uma nova modalidade a educação bilíngue que antes era incluída como parte da educação especial, agora deve ser considerada como uma modalidade de ensino independente, essa modalidade atende o aluno surdo com a língua brasileira de sinais (Libras) como primeira língua e o português escrito como segunda língua em escolas comuns, escolas bilíngue de surdos, classes bilíngue de surdos ou em polos de educação bilíngue de surdo. Sendo essa uma perspectiva do Letramento, que vai proporcionar a participação do aluno surdo em situações de comunicação social de forma ativa. Entendendo a libras como uma língua, que tem aspectos culturais constituídos pela comunidade surda, onde serve como mediação para a alfabetização do surdo na língua portuguesa como segunda língua. Nesse sentido vamos observar que os surdos podem ser alfabetizados, utilizando sua própria modalidade linguística, sendo valorizados como indivíduos instruídos, ampliando sua visão de mundo.

Partindo do pressuposto que a criança surda aprende a sinalizar (falar) desde quando está inserida em um ambiente, onde o uso cotidiano da Libras ocorre naturalmente. Quadros afirma que a aquisição da Libras pela criança surda não necessita de uma formalidade no ensino, mas sim de sua inserção em uma comunidade surda sinalizadora (Quadros, 1997). Isto posto, a criança surda passa por um processo de alfabetização diferente da criança ouvinte, já que é usada uma modalidade linguística dentro do contexto dos aspectos gramaticais da língua de sinais, valorizando a cultura e identidade surda. A autora propõe que a alfabetização

de crianças surdas ultrapasse a relação som - letra, para ela esse processo só faz sentido se considerarmos a Libras como uma língua de instrução no processo de alfabetização em português (QUADROS, 2000). Desse modo a criança ao ser letrada em Libras, pode então ser alfabetizada em português como segunda língua, sendo necessário que o aluno surdo utilize a Libras para dar significado às experiências de leitura e escrita.

Nesse sentido, entendemos que para se apropriar da Língua Portuguesa, o aluno surdo precisa dominar sua própria língua materna, a Libras, que deve acontecer de forma contextualizada, permitindo que o surdo tenha subsídios para dar significado a prática de leitura, assim como afirma Schelp (2008), “A criança na escola precisa vivenciar um ambiente lingüístico de significado”, oportunizando para o aluno surdo uma ampliação de seu conhecimento de mundo, através disso, ele se torna capaz de estruturar seu pensamento compreendendo então a linguagem escrita.

Damázio (2007) discorre que para trabalhar com o aluno surdo, é essencial que o docente conheça a Libras em sua plenitude, e que a escola em si, implemente ações que façam sentido de uma forma geral (para todos os alunos) escorrendo para o surdo, para ela o ambiente educacional desse aluno, deve ser estimulante e desafiador, fazendo com que o ele explore muito da sua capacidade. Com isso o processo de alfabetização de surdos consiste através do pensamento de Street (2003, p.4) “uma sensibilidade cultural”, precisamos entender que são processos onde temos uma diversidade cultural e linguística, onde não existe uma homogeneidade destas.

Como já trazido aqui antes, para que alcance resultado satisfatório nesse processo, é preciso pautar o bilinguismo como principal abordagem educacional, nesta perspectiva, Damázio (2007) ressalta que essa abordagem desenvolve habilidades para que o aluno surdo, possa fazer o uso das duas línguas, tanto no seu cotidiano social, quanto no seu ambiente escolar.

4. METODOLOGIAS DE ENSINO UTILIZADAS PARA ALFABETIZAÇÃO DOS SURDOS.

Para Fernandes e Moreira (2017) o aluno surdo, tem o potencial de abstrair o mundo através de suas experiências visuais, por isso as metodologias escolares, precisam ser ressignificadas de modo que atenda esse aluno com todas as suas

especificidades e use isso como uma entrada no mundo visual das linguagens e a não dependência do som. dessa forma as autoras ressaltam que as demandas do surdo está inclusive na necessidade do mesmo ser letrado em sua língua natural e para que isso aconteça ele deve passar por experiências que efetive-o em um espaço linguístico natural. Mas como afirmam as autoras, esse ambiente ainda está em processo de construção, pois as lutas pela comunidade surda para que eles tenham o pleno desenvolvimento escolar, vem acontecendo com o passar dos anos, e suas conquistas ainda são bem recentes historicamente falando. Damázio (2007) discorre sobre os desafios vividos pelos indivíduos surdos já que tem pouco tempo que os mesmos são vistos como sujeitos de direitos. Para ela o reconhecimento que os alunos surdos “têm direito de acesso ao conhecimento, à acessibilidade, bem como ao Atendimento Educacional Especializado.” (DAMÁZIO, 2007, p. 15), é crucial para a efetivação de um ambiente escolar inclusivo ampliando para os campos sócio políticos. Na visão de Machado (2009) a promoção da inclusão escolar é um processo que demanda tempo, mas cabe ao professor ir além da perspectiva comum e reinventar sua prática.

Na perspectiva inclusiva e de uma escola de qualidade, os professores não podem duvidar das possibilidades de aprendizagem dos alunos, nem prever quando esses alunos irão aprender. A deficiência de um aluno também não é motivo para que o professor deixe de proporcionar-lhe o melhor das práticas de ensino e, ainda, não justifica um ensino à parte, individualizado, com atividades que discriminam e que se dizem “adaptadas” às possibilidades de entendimento de alguns. Ele deve partir da capacidade de aprender desses e dos demais alunos, levando em consideração a pluralidade das manifestações intelectuais. (MACHADO 2009, p. 72-73)

Por isso vamos falar das três tendências trazidas por Damázio (2007), para entendermos como esses processos foram se modificando com as lutas da comunidade surda, por um espaço no campo político que garante o direito ao acesso e permanência nos espaços escolares. Ela aponta inicialmente duas tendências de ensino: a oralista e a comunicação total, sendo que essas consistem em oralizar o surdo, dificultando o desenvolvimento dos mesmos. Para a autora essa é uma forma de segregar, marginalizar e inclusive excluir o surdo do contexto social, negando a eles sua língua natural. Desse modo os desafios trazidos por estes tipos de práticas são “perdas consideráveis nos aspectos cognitivos, sócio afetivos, linguísticos, político culturais e na aprendizagem desses alunos.”(DAMÁZIO, pág. 19. 2007).

Entendemos então que o oralismo incentiva o aluno surdo a desenvolver a fala,

promovendo a importância da comunicação oral e segregando a comunicação visual. Para Goldfeld (1997), essa concepção se enquadra na necessidade de se estabelecer uma "normalidade" para integrar os indivíduos surdos no mundo ouvinte. Já na comunicação total, perceberam que o aluno surdo não se encaixou na "normalidade" para se comunicar oralmente de maneira satisfatória, surgindo assim a possibilidade dos mesmos se comunicar da maneira que conseguirem, tanto visualmente quanto oralmente, por isso comunicação total, que inclui desde, gestos, sinais, leitura labial, mímicas qualquer recurso que ajudasse no desenvolvimento da língua oral (SCHELP, 2008).

Dessa forma podemos perceber essas duas tendências citadas por Damázio (2007) são instrumentos que só trouxeram marginalização aos indivíduos surdos, e com isso demonstraram ser práticas ultrapassadas, que com a luta da comunidade surda foram entrando em desuso.

Por último vamos discutir sobre a metodologia, que já foi citada nesse artigo, o bilinguismo, que ainda assim muito recente, vem sendo pautada na maioria dos estudos sobre a educação dos surdos já que está garantido em lei. Esta metodologia garante para o aluno surdo, o uso das duas línguas dentro e fora do ambiente escolar, para que o mesmo consiga interagir com a sociedade. Lacerda (1998), destaca que o bilinguismo ajuda na aquisição de conhecimentos pelos surdos, pois são duas línguas diferentes e cada uma tem características próprias e independentes. Em meados do século XX, foram surgindo diversas transformações que de acordo com Souza (1998) ajudaram significativamente na construção de uma maneira nova de se pensar a educação de alunos surdos, essas transformações ocorreram tanto no campo educacional quanto no político-social, Visto isso, a Libras passou a ser reconhecida como uma língua espaço-visual e a comunidade surda ganhou espaço de fala com os movimentos e em prol de uma educação que de fato respeitasse sua especificidade. Desse modo

O bilingüismo surgiu em decorrência da clássica tese de Stokoe, publicada em 1960, de que o sistema de comunicação por sinais utilizado pelos surdos americanos (ASL) era, de fato, uma língua como outra qualquer. [...] Do ponto de vista lógico, dada, de um lado, a grande dificuldade da criança surda em adquirir a língua oral e, de outro, a importância da língua na constituição da própria subjetividade, uma educação bilíngüe pressuporia a imersão da criança surda, o mais cedo possível, na língua de sinais (SOUZA, 1998,p.103).

Portanto vamos pautar o bilinguismo como a principal metodologia utilizada no

ambiente escolar quando se trata da educação e letramento da criança surda, pois como já dito antes é vista como a melhor maneira de se garantir aos surdos seu desenvolvimento lingüístico e cognitivo, bem como sua inclusão social e educacional. Para Skliar (1997) o modelo bilíngue garante às crianças surdas “as mesmas possibilidades psicolingüísticas que tem a ouvinte.” Afirma ainda que essa é a maneira mais plausível da criança surda “atualizar suas capacidades linguístico-comunicativas, desenvolver sua identidade cultural e aprender” (SKLIAR, 1997, p.143-4). Atualmente, a educação bilíngue tem garantido a inclusão social dos surdos, e com isso os surdos têm buscado cada vez mais, modificar sua própria escolarização, que antes era vista como como um processo de fracasso escolar para os sujeitos surdos.

Perlin (2006) ressalta que esse avanços observados na educação dos surdos decorrem da chegada desses alunos na comunidade acadêmica, através da graduação, fazendo que os mesmos sejam reconhecidos como protagonistas de sua própria educação.

A partir da abordagem bilíngue os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), de Língua Portuguesa (BRASIL, 2001, p. 23), asseguram que “a linguagem é uma forma de ação interindividual orientada por uma finalidade específica” com isso o documento concebe a linguagem como um processo existente em diferentes grupos e em momentos distintos de uma sociedade sendo esta reconhecida entre uma conversa informal durante o cotidiano, bem como ao redigir uma carta, até mesmo fazer uma lista de compras, ou seja são diferentes práticas sociais de linguagens.

Dessa perspectiva, a língua é um sistema de signos históricos e sociais que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e si mesmas (BRASIL, 2001, p. 24).

É nessa abordagem que os PCN 's demonstram que as pessoas têm o direito assegurado de aprender a sua linguagem materna produzida e ressignificada para que o surdo compreenda os signos que estão à sua volta.

4.1 MOMENTO DIDÁTICO PEDAGÓGICO - METODOLOGIAS PRODUZIDAS NAS ESCOLAS COMUNS E ESPECIALIZADAS

A respeito da educação bilíngue, vamos ressaltar a importância da aceitação

da língua de sinais como sendo a língua natural dos surdos, por isso as metodologias de ensino devem levar em consideração todas as possibilidades de mudanças necessárias no ambiente escolar para que contemple o surdo com suas especificidades, “O modelo bilíngüe parte do reconhecimento de que os surdos estão em contato com duas línguas e que uma destas línguas é a língua de sinais” (SÁNCHEZ, 1991, p. 4). Desse modo entendemos a surdez como uma experiência visual, que de acordo com (SKLIAR, 1999), deve desestabilizar ideias preconcebidas sobre o que se diz “normal”, para que assim, possamos entender essa experiência visual e concebê-la com suas pluralidades através de outra perspectiva. Tal experiência visual, segundo o autor, não é restrita a uma capacidade de produção e compreensão especificamente linguística ou a uma modalidade singular de processamento cognitivo, mas se traduz em todos os tipos de significações, representações e produções da cultura surda. Com isso as metodologias necessárias para o desenvolvimento pleno do aluno surdo deve ser empregada, de modo que o déficit auditivo não seja pertinente e o modelo pedagógico não seja pautado em corrigir o déficit, mas sim na valorização da identidade do sujeito surdo que convive quase sempre, com as duas comunidades (surda e ouvinte).

Esse trabalho pedagógico deve ser desenvolvido segundo Damázio (2007) em escolas “comuns” mas que propicie um ambiente bilíngüe com um espaço que utilize as duas línguas, ela ressalta que seja organizado um período adicional de horas diárias de estudo para que se possa executar é indicado para a execução do “Atendimento Educacional Especializado” (DAMÁZIO, 2007, p. 25).

Damázio (2007) propõe então que seja feito três momentos que e mesma nomeia dois momentos em “Atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum” onde esse atendimento seja direcionado para o surdo, aprender em Libras os conteúdos escolares e também os termos científicos utilizados na Libras e preferencialmente por um professor surdo. Para ela, esse atendimento deve partir do “diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua de Sinais.” (DAMÁZIO, 2007, p. 25). Acrescenta a necessidade de um “Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa” nesse momento o aluno surdo vai adquirir conhecimento através das especificidades da língua portuguesa, o professor (a) especialmente graduado (a) nessa área vai partir do que o aluno sabe sobre a língua para preparar atividades que devem ser trabalhadas todos os dias.

De acordo com a autora esse atendimento deve ser planejado em conjunto pelos professores que ministram as aulas de libras e o professor de classe, esse deve ser definido antes com o apoio do plano de ensino a ser dado em classe, o conteúdo curricular deve ser definido, pesquisado e entendido por todos os educadores envolvidos, de modo que todos dominem e ampliem os vocabulário científicos a serem dados ao aluno, portanto os professores devem elaborar recursos didáticos que aprofunde o entendimento do aluno respeitando suas pluralidades, ela ressalta que todos os profissionais envolvidos com o aluno surdo, devem participar e observar o desenvolvimento do mesmo focando nos “seguintes aspectos: sociabilidade, cognição, linguagem (oral, escrita, visual espacial), afetividade, motricidade, aptidões, interesses, habilidades e talentos.” (DAMÁZIO, 2007, p. 26).

Esse processo deve ser registrado, observando o avanço do desempenho de cada aluno. Como já dito antes o AEE para surdos envolve três momentos didático-pedagógicos:

- Atendimento Educacional Especializado em Libras, que fornece a base conceitual dos conteúdos curriculares desenvolvidos na sala de aula” e “ocorre em horário oposto ao da escolarização o professor do AEE trabalha com os conteúdos curriculares que estão sendo estudado no ensino comum em Libras, articuladamente com o professor de sala de aula.
- Atendimento Educacional Especializado de Libras – ensino da Libras, por meio de métodos adequados [...] com a presença de um profissional habilitado, preferencialmente surdo, realizado em contraturno.
- Atendimento Educacional Especializado de Língua Portuguesa – realizado em contraturno, no momento do AEE para o ensino da Língua Portuguesa escrita, o professor não utiliza a Libras, a qual não é indicada como intermediária nesse aprendizado” e “como o canal de comunicação específico para o ensino e a aprendizagem é a Língua Portuguesa, o aluno pode utilizar a leitura labial (caso tenha desenvolvido a habilidade) e a leitura e a escrita (DAMÁZIO, 2007, p. 25.)

Para Aranha (2004, p.25) a proposta de AEE é imprescindível para a alfabetização e letramento do aluno surdo, ele afirma que esses recursos didáticos, devem ser empregados em prol da alfabetização nas salas especializadas com horas adicionais e também nas salas comuns para a compreensão dos conteúdos curriculares.

O Atendimento Educacional Especializado em Libras fornece a base conceitual dessa língua e do conteúdo curricular estudado na sala de aula comum, o que favorece ao aluno com surdez a compreensão desse conteúdo (ARANHA, 2004, p.29).

Mas levando em consideração a realidades vivenciadas nas instituições escolares, de acordo com Fernandes e Moreira (2017), a proposta de AEE ainda é

caracterizada por lacunas ao qual o ensino de libras não tem sido garantido em sua totalidade, pois não existe atualmente políticas públicas generalizada de concursos públicos que contemple professores surdos nessa função, desse modo não tem um profissional surdo que realize o contraturno, sendo assim as autoras ressaltam que não existe em muitas instituições uma interação dialógica, colaborativa, viva de situações de imersão no conhecimento, envolvendo pares surdos, intérpretes e professor é que a constituição de léxico específico (sinais para termos técnicos) deve ser refletida e proposta. (FERNANDES E MOREIRA, 2017, p. 134).

Por isso Aranha (2004) afirma que a organização didática desse espaço de ensino requer a utilização de muitas imagens visuais construídas com riqueza em detalhes, para que nas escolas regulares as práticas pedagógicas não sejam constituída como uma grande problemática, visto que muitas vezes os alunos surdos se sentem fracassados, pois parte da ideia que suas dificuldades no domínio da leitura e da escrita estão relacionadas com os limites da surdez.

5. ENSINO REMOTO X ENSINO PRESENCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVA

De acordo com Menezes (2022) o conceito de ensino presencial, caracterizado como ensino convencional ou tradicional, onde as aulas acontecem em um espaço físico com aulas práticas e teóricas, que podem ou não acontecer dentro da clássica sala de aula, precisou ser ressignificado diante do mais novo cenário ocorrido desde março de 2020 (pandemia do Covid-19). O ensino presencial foi substituído pelo mais nova metodologia de ensino que utilizou como principal ferramenta as Tecnologias de Comunicação e de Informação (TIC). Essas tecnologias permitiram o acontecimento do ensino a distância, ou mais conhecido atualmente o ensino remoto. Nos deparamos então com a urgente necessidade de repensarmos sobre a educação, como afirma a estudante de jornalismo Nairim Bernardo da Revista Nova Escola.

O ensino remoto, em que alunos e professores não estão no mesmo espaço físico e desenvolvem atividades pedagógicas não presenciais, foi instituído em caráter emergencial e excepcional, no contexto da pandemia, para que os estudantes mantivessem o vínculo com a instituição de ensino e com as propostas educacionais mesmo a distância. (BERNARDO, 2021, n.p.)

A partir disso os educadores tiveram que se reinventar, de acordo com Rondini, Pedro e Duarte (2020), com essas mudanças drásticas, eles precisaram transpassar

e adaptar os conteúdos das aulas presenciais para as plataformas on-line, muitos desses educandos sem preparação para isso. Portanto as aulas a distância através do ensino remoto, passou a ser um desafio sem o contato presencial. Ressaltando o entrave da realidade das escolas públicas no país, que encara ainda, problemas de infraestrutura, assim como um déficit na formação docente.

Dessa maneira, Hodges (2020), ressalta a importância da ressignificação do planejamento pedagógico em situações atípicas. Assim, afirma em seu texto, a necessidade de estratégias pedagógicas e a transposição de ideias tradicionais. Essas grandes transformações provocadas na educação pelo ensino remoto evidenciaram o que já era notório em nosso país a desigualdade social, que com esse novo método ficou ainda mais evidente, uma nova modalidade de ensino que de acordo com Hodges (2020) pegou a todos que participaram desse processo de surpresa.

Frente a isso pensamos nas variáveis que atravessam o acesso à aprendizagem para os alunos surdos, uma vez que, nas aulas presenciais como já trazido aqui antes, o ensino bilíngue enfrentava dificuldades para ser plenamente efetivado, de modo que contemple o aluno surdo em suas inúmeras pluralidades. Com esta situação os desafios e perspectivas vão sendo acentuados para melhor entendermos os efeitos de forma global, com o objetivo principal de, partir da observação sobre como tem se estabelecido a educação de surdos.

No que se diz respeito a educação dos alunos surdos os Pinto e José (2021) apontaram como principal desafio no primeiro momento, os aspectos estruturais, que na verdade foi um desafio apontado em muitos artigos, lives entrevistas ao decorrer da pandemia, esse aspectos estão relacionados com a desigualdade social estabelecida no país, que são eles: falta de aparelhos eletrônicos, falta de internet que atendesse essa nova modalidade, e principalmente a falta de conhecimento com os aplicativos e ferramentas de suporte educacionais, vivenciadas pelos profissionais da educação e dos familiares inclusive. De acordo com Pinto e José (2021, p. 3)

Nos deparamos com problemas tecnológicos das famílias. Algumas não possuíam computador em casa para acompanhar as aulas, outras só tinham um telefone celular que ficava com um responsável da casa que levava para o trabalho, outras não tinham acesso a internet.

Diante desse desafio, Vieira e Souza (2020), apontam que começaram a então pensar em como estruturar aulas com metodologias pedagógicas que trabalhassem a Libras, que é uma modalidade visual, incluindo os familiares como apoio desse

processo, para que o aluno surdo fosse então atendido e não perdesse o vínculo com a instituição.

Com isso Tosetti (ANUNCIAR, 2021) discorre sobre a necessidade da gravação de vídeos, áudios, comunicação via WhatsApp, atividades impressas, ou seja foram utilizadas diversas formas de interagir com os familiares, assim como Pinto e José também ressaltam em seu artigo, a escola dava um jeito de conseguir contato com os familiares para minimizar esse contratempo, assim os alunos poderiam realizar as atividades, mandar fotos, vídeos ou as que foram impressas com muitas imagens, para que os profissionais em conjunto, pudessem acompanhar o desenvolvimento deles. Ela apresenta as estratégias adotadas a cada desafio encontrado, todavia a falta de comunicação do aluno surdo com os familiares foi um desafio recorrente, pois muitas crianças estão inseridas num contexto ouvinte, já que na grande maioria são filhos de pais ouvintes, dificultando assim a interação com o ensino da Libras.

José e Pinto (2021) trazem em seu artigo a problemática da "língua caseira" que segundo Godinho apud Sterling (1999) atrapalha o aluno surdo nas interações sociais e na construção da identidade surda a partir do mundo em que ele está inserido. Afirmam ainda que são as relações com os familiares e a maneira que eles agem com o mesmo que vai possibilitar ao aluno surdo a construção de base do sujeito consigo mesmo. Para mais esse desafio foram desenvolvidas metodologias com atividades de interação do aluno surdo com a família, o que na perspectiva bilíngue foi empregado de maneira satisfatória, com objetivo de enfatizar o alargamento do ensino da Libras como primeira língua e o ensino da língua portuguesa como L2.

Dessa forma enfatizamos que, mesmo diante de muitos desafios, as escolas procuraram fazer sua parte para inserir um maior desenvolvimento linguístico para os alunos surdos, abarcando suas metodologias no direito a uma educação inclusiva e de qualidade, que foi uma luta de direitos e conquistas pela comunidade surda e que atualmente vem sendo garantidas por lei.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensarmos na alfabetização e letramento, temos que levar em consideração a diversidade linguística, e quando falamos na diversidade linguística no contexto bilíngue, trazemos a Libras como uma Língua que deve ser ensinada aos alunos surdos como sua primeira língua pautada na cultura surda e na identidade do surdo, por isso trazemos nesse artigo quais desafios e perspectivas que perpassam nessa modalidade de ensino, tanto presencial, quanto no ensino remoto, que trouxeram ainda mais desafios para os surdos, pois com a pandemia as aulas remotas foram utilizadas para garantir o direito à educação. Acreditamos que a prática de alfabetização e letramento devem considerar os diferentes contextos, pensando em um letramento ideológico onde não seja considerado apenas o ambiente escolar, mas o mundo em que esse aluno está inserido, nesse processo não existe apenas uma única cultura e uma única língua. A Libras é uma experiência linguística onde o campo visual é o principal elemento que ajuda os surdos a perceberem o mundo, interagindo entre si e entre o outro, por isso devemos valorizar e incorporar elementos visuais no ensino aprendizagem desses alunos.

Mas para chegarmos nesse pensamento, a comunidade surda passou por muitas lutas e com o passar dos anos vieram as conquistas, o que fizeram com que a educação do surdo ganhasse o seu espaço, não só no campo pedagógico mas também no campo político-social, vamos levar em consideração, que apesar de muitas conquistas a inclusão desses alunos ainda se encontra em processo, pois mesmo com as leis que garantem o acesso ao ambiente escolar, ainda faltam políticas públicas que assegura a permanência desses alunos bem como a efetivação de profissionais especializados no bilinguismo. Dessa forma o bilinguismo é o método mais eficaz para alfabetizar os alunos surdos, pois ao ser alfabetizado e letrado em Libras esse aluno aprende melhor a segunda língua que é o português, já que ele está inserido em uma comunidade surda e ouvinte. Vimos também a importância do atendimento especializado, para cada vez mais o surdo ser incluído na sociedade. Esse atendimento auxilia o aluno no contraturno e ajuda também os profissionais a prepararem aulas que atendam as especificidades do surdo. Partimos do pressuposto que em frente a muitos desafios encontrados nessa metodologia de ensino na modalidade presencial e remota, os educadores têm buscado solucionar junto aos familiares, encontrando diversas formas de ascensão da educação desses alunos, em

meio a tanto desafios, percebem então as perspectivas e que esse alunos têm cada vez mais conseguindo entrar no ambiente acadêmico, fazendo com que não mais a sociedade enxergue o surdo como um fracassado, marginalizado, mas sim um sujeito de valores e muitas capacidades, por isso a luta está posta e sendo conquistada a cada dia.

Desse modo os principais desafios são a efetivação das leis na prática, o que faz a gente pensar quais objetivos cada um consegue cumprir nesse processo, tal processo depende do engajamento de todos, não só do governo e das escolas, precisamos levar em consideração a participação efetiva dos familiares, que é onde o aluno surdo aprende os seus primeiros passos, e depois ao ingressar no ambiente escolar, ele começa ampliar o seu conhecimento de mundo e construir a sua própria identidade, a partir disso ampliamos nossa visão sobre o indivíduo surdo, quem tem a capacidade de construir sua própria identidade. Pautada na cultura surda é possível refletir quais conteúdos acadêmicos esse indivíduo vem sendo capaz de produzir.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fábio de Souza; CAMARGO, Eder Pires. Primeiro capítulo, Educação para os surdo no Brasil: Desafios e Perspectivas para o Novo Milênio. LIPPE, Eliza Marcia Oliveira e ALVES Fabio de Souza Educação para os surdo no Brasil: Desafios e Perspectivas para o Novo Milênio. Da editora CRV. 2014. 13-24.

ARANHA, M. S. F. (2004a). Educação Inclusiva: A fundamentação filosófica. v.1. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial.

ARANHA, M. S. F. (2004b). Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade: A escola. V.3. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Lei nº. 14.191, de 03 de agosto de 2021.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. (2001). Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Ministério da Educação; SEESP (Secretaria de Educação Especial), Brasília.

BRASIL. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no . 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Livro: Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Surdez. capítulo 1, Educação escolar inclusiva para pessoas com surdez. 2007. Disponível em: [Deficiencia AUDITIVA.indd \(mec.gov.br\)](#)

FELIPE, T. A. Escola Inclusiva e os direitos linguísticos dos Surdos. Rio de Janeiro: Revista Espaço – INES, 1997. p. 41-46, Vol. 7.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para estudantes surdos. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 3, p. 127-150, dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/nspe.3/0104-4060-er-03-127.pdf> Acesso em: julh. 2022.

FERREIRO, Emília. Reflexões sobre a Alfabetização, trad.bras. 2º ed. São Paulo: Cortez/Editores Associados, 1987.

HODGES, C.; MOORE, S.; LOCKEE, B.; TRUST, T.; BOND, A. The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning. EDUCAUSE Review, 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning#fn3>. Acesso em: 16 maio 2020.

KLEIMAN, A. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LACERDA, C. B. F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores

e intérpretes sobre esta experiência. Caderno. CEDES [online]. vol. 26, n.69, 2006, p. 163-184.

_____. A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: Trabalhando com sujeitos surdos. 1998. Caderno CEDES, ano XX, vol. 50.

MACHADO, Rosângela. Educação Inclusiva: revisar e refazer a cultura escolar. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (organizadora). O desafio das diferenças nas escolas. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete ensino presencial. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/ensino-presencial/>>. Acesso em 18 de junho de 2022.

PINTO, Joice Bianca Marques Leite e JOSÉ, Alexandre Botelho. Desafios do Ensino Remoto Na Alfabetização De Crianças Surdas Na Pandemia (2021).

QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

RECHICO, C. F. & MAROSTEGA, V. L. (Re) pensando o papel do educador especial no contexto da inclusão de alunos surdos. Revista do Centro de Educação. v. 19, 2002, p. 1-5.

RONDINI, Carina Alexandra. PEDRO, Ketilin Maia. DUARTE, Claudia dos Santos. (2020). PANDEMIA DO COVID-19 E O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: MUDANÇAS NA PRÁXIS DOCENTE. *EDUCAÇÃO*, 10(1), 41–57. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p41-57>

SANCHEZ, C.M. La educación de los sordos en un modelo bilíngüe. Mérida: Ickonia, 1991

SCHELP, Patrícia Paula. Práticas de letramento de alunos surdos em contexto de escola inclusiva. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2008.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, 128p.

SOUZA, R. M. Que palavra que te falta? Lingüística educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SKLIAR, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997. p. 105-153. (Cadernos de autoria, 2)

SKLIAR, C. Atualidade da educação bilíngüe para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999

STREET, B.. Abordagens alternativas ao letramento e desenvolvimento. Teleconferência Unesco Brasil sobre „Letramento e Diversidade”, 2003.

TFOUNI, L.V. Letramento e alfabetização. 5a. Ed. São Paulo, Cortez, 2002

TOSETTI, Lúcia e TEIXEIRA, Simone. Desafios na educação de surdos na pandemia. Parceria AEE e escola promovendo a flexibilização curricular e adaptação de materiais. You Tube, 26 de Maio de 2021. Disponível em: < <https://youtu.be/UT1D30495ok> > Acesso em 23 de julho e 2022.

VALLE, M. H. F.; GUEDES, T. R. Habilidades e competências do professor frente à inclusão. In: NUNES SOBRINHO, F.P. (Org.). Inclusão educacional- pesquisa e interfaces. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003.

VIEIRA, Claudia Regina. MOURA, Débora Rodrigues. FREITAS, Maly Magalhães. Capítulo 5. EXPERIDUCAÇÃO DE SURDOS: uma prática possível para o ensino da Língua Portuguesa contextualizado. LIPPE, Eliza Marcia Oliveira e ALVES Fabio de Souza Educação para os surdo no Brasil: Desafios e Perspectivas para o Novo Milênio. Da editora CRV. 2014. 69-80.

VIEIRA, Andressa Alves e SOUZA, Calixto Júnior. A utilização das tecnologias assistivas para alunos surdos em tempos de pandemia: um estudo introdutório (2020).

VIGOTSKY, Lev Semenovich. 1986-1934. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores/ L.S. Vigotsky, organizadores Michael Cole[et al.] tradução José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. - 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007,- Psicologia e Pedagogia.

